



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO – TRE- MT
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA – COAUD**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA “PAA - 2021”
SEI n.º 10613.2020-8**

Dezembro de 2020

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	3
II – DA FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO	4
II.1 AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS, LEVANTAMENTO DE PONTOS FORTES E FRACOS, AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS E ESTRATÉGIA GERAL	4
II. 2 Análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças	5
II. 3 Avaliação dos principais Riscos Estruturais da COAUD	7
II. 4 Da avaliação dos riscos da Instituição	8
III – DOS RECURSOS HUMANOS	9
IV – TIPOS DE AUDITORIA (AVALIAÇÕES) A SEREM DESENVOLVIDAS	10
V – OUTRAS ATIVIDADES	12
VI – AUDITORIAS TRADICIONAIS	14
VII – CONSULTORIAS E AUDITORIAS CONTÍNUAS (Acompanhamentos)	16
VIII –ATIVIDADES DO GABINETE DA COAUD	19
IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
Anexos	20
MATRIZ SWOT	20
Riscos Específicos	21
Cadeia de valor da COAUD	29
BSC-COAUD	30
CICLO DE AGREGAÇÃO DE VALOR	31

I – INTRODUÇÃO

Para dar cumprimento ao mandamento Constitucional previsto no art. 74, o TRE/MT conta em sua estrutura com a Coordenadoria de Auditoria Interna - COAUD, que dispõe de duas Seções: Seção de Auditoria Técnica – SAT e Seção de Acompanhamento e Avaliação Contínua – SAAC.

No mês de novembro de 2020 a equipe da COAUD reuniu-se em seu "Workshop de avaliação e formulação de estratégia", onde foi realizada a fase de avaliação e planejamento geral para o ano de 2020.

A equipe virtualmente reunida primeiramente trabalhou na identificação de seus valores, missão e visão, traduzidas nas seguintes formulações:

Missão COAUD: Aumentar e proteger o valor organizacional, através do aperfeiçoamento dos processos de governança e gestão do TRE/MT.

Valores: Democracia, Independência, Integridade, Competência, Confidencialidade, Objetividade e Cooperação.

Visão: Ser agente chave de mudanças organizacionais benéficas.

O Plano Anual de Auditoria – PAA do TRE/MT tem por finalidade quantificar e estabelecer ações para execução dos trabalhos de auditoria interna programados para o exercício de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 23 do Estatuto de Auditoria Interna do **Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso – TRE/MT (Resolução TRE/MT nº 2561/2020)**, o qual determina que sua elaboração deva ser baseada em riscos, para determinar as prioridades da auditoria, de forma consistente, com objetivos e metas institucionais.

Para seleção dos objetos auditáveis, procurou-se adotar critérios objetivos relacionados com a estratégia da Auditoria Interna e com os riscos percebidos pela Governança, de forma a documentar os assuntos a serem abordados (anexos) em 2021.

II – DA FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO

II.1 AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS, LEVANTAMENTO DE PONTOS FORTES E FRACOS, AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS E ESTRATÉGIA GERAL

Quanto ao cenário do país para 2021, a equipe projetou que o país passará por crise econômica moderada, ocasionada por fatores como a pandemia, com volta da inflação e, também, tentativas de reforma administrativa.

Em nível institucional, avalia-se que o primeiro semestre será marcado pelo início da adaptação da COAUD à sua nova estrutura, dada pela **Resolução TRE-MT nº 2533/2020**, com um papel exclusivo de auditoria interna, e com um relacionamento mais forte e direcionado ao corpo governante (Tribunal Pleno).

A primeira grande entrega do TRE-MT nos primeiros meses do ano de 2020 será o Relatório de Gestão, que costuma mobilizar as unidades no levantamento e tabulação das informações.

O primeiro semestre também passará por troca de gestão (abril), o que impacta nos arranjos internos e pode gerar alguma dificuldade em termos de priorização dos trabalhos de auditoria por parte das unidades.

Ainda no primeiro semestre, muitos servidores terão oportunidade de fruir suas folgas e férias que não o puderam ser por conta das atividades relacionadas com as Eleições 2020.

Em termos de controle externo, o TCU, em 2020, inaugura a exigência da prestação de contas anual baseada em informações financeiras e conformidade, o que trará curva de aprendizado acentuada à Unidade.

II. 2 Análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças

O Workshop de planejamento levantou as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da COAUD, resultando análise das estratégias que combinam esses fatores de modo a usar as oportunidades através das forças, prevenir ameaças, utilizar as oportunidades para minimizar fraquezas e minimizar os impactos em setores onde fraquezas encontram as ameaças.

Entre as forças destaca-se a formação eclética da equipe, com pessoas formadas em áreas como Direito, Administração e Contabilidade. Alguns integrantes possuem experiência em auditoria e a unidade conta com servidor próprio na rede.

Contudo, há, no quadrante das fraquezas, servidores sem experiência em técnicas de auditoria, ausência de sistema de gestão de auditorias, imaturidade na utilização de dados para a finalidade de auditoria e também rotatividade de servidores no setor.

Como oportunidade, identificou-se a segregação da unidade de auditoria (ocasionada pelas Resoluções CNJ 308 e 309 do CNJ), que espera-se que agregue foco e crescimento em know how para o setor. Há setores

que demandam parcerias, como a Asplan e SGP, o que pode facilitar alguns trabalhos de acompanhamento e consultoria. Alguns arranjos institucionais (como o Escritório de Governança, Inovação, Riscos e Controle da SGP - Instrução Normativa n. 02/2019, e projetos da Academia de Liderança - como o "Melhorias para o processo de Transição de Gestão no TRE-MT", 01146.2020-2) favorecem a qualidade da governança, e devem ser aproveitados pela Auditoria.

Como ameaças, têm-se aquelas relacionadas com a forma de atuação da governança do órgão nos processos de gestão de riscos e governança, com uma dificuldade prática de atuação dos comitês e conselhos quando se trata de atuação estruturada em assuntos de governança. Constatou-se dificuldade do órgão na priorização das recomendações dos trabalhos de auditoria. A falta da implementação da gestão de riscos estruturada e iterativa dificulta a atuação da auditoria em níveis mais elevados de governança, fazendo com que os trabalhos de auditoria sejam mais básicos e demorados. A dificuldade de alocação de força de trabalho é também fator de ameaça, que pode comprometer uma atuação mais eficaz da unidade.

Como estratégias derivadas das análises acima, vislumbrou-se uma melhor utilização do servidor próprio na rede interna, para trabalhos de gestão de conhecimento e organização interna e aproveitamento das parcerias com outros setores no implemento da gestão de riscos e melhoria da governança. Deve-se aproveitar o arranjo do PAC-AUD (plano de capacitação específico para a Auditoria), o teletrabalho, as parcerias com outros Tribunais e deve-se reforçar o conhecimento do trabalho com dados.

II. 3 Avaliação dos principais Riscos Estruturais da COAUD

Quanto aos riscos estruturais e de atuação do setor, o presente plano levou em consideração os seguintes riscos identificados (magnitude na escala de Fibonacci, de 9-baixo a 441-extremo) :

	AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO	Magnitude
1	A possibilidade de atuações insuficientes e/ou equivocada/imaturas.	104
2	Possibilidade de falhas relevantes na elaboração dos Planos (escolha de objeto, dimensionamento do trabalho)	169
3	Possibilidade de imaturidade na abordagem tecnológica	169
4	A possibilidade de atuação em COGESTÃO	40
5	A possibilidade de estabelecer uma relação adversarial	40
6	A possibilidade de não acompanhamento/avaliação da implementação das recomendações da Auditoria	169
7	A possibilidade de ausência de processo implementado e funcional de gerenciamento de riscos institucionais	169

Todos os riscos listados precisam de tratamento e foram considerados na elaboração do presente plano de atuação. Processo de gestão de riscos

estruturado será conduzido no decorrer do ano, para tratar detalhadamente dos desses e outros riscos identificados.

II. 4 Da avaliação dos riscos da Instituição

Foram conduzidas entrevistas com os principais stakeholders da instituição (Presidente, Corregedor, Membros do Tribunal Pleno, Diretor Geral) para identificar as áreas em que, na visão dos mesmos, o Tribunal precisa de reforço de asseguarção e estratégia.

Identificou-se a área de licitações como uma das que mais precisam de trabalhos de asseguarção, visto que os gestores se mostraram relativamente inseguros quanto à tomada de decisões relativas à realização de despesas. O presente plano, portanto, alocou espaço para trabalho de acompanhamento específico na área de licitações, especificamente para as fases mais básicas, pois que irradiam efeitos para todas as outras fases.

Da análise de materialidade dos gastos do Tribunal e da realização de sua missão institucional, combinada com a necessidade de prover informações para asseguarção em outras auditorias (Financeira, por exemplo), alocou-se também espaço para auditoria contínua em aspectos da folha de pagamento, o que demandará amadurecimento na abordagem de utilização de dados, mas que resultará em importante abrangência da materialidade dos gastos do TRE-MT, visto que o pagamento de pessoal consome a maioria do orçamento e está diretamente relacionado ao negócio finalístico da instituição.

Com o fim de tratar o evento de risco identificado no item anterior (R7) far-se-á esforço especial para prover aos setores do Tribunal, através da

ASPLAN, *know how* para a gestão de riscos, trabalhando em consultoria que visará a elaboração de estratégia de implementação da gestão de riscos.

Foi levada em conta na proposição deste plano de Auditoria, sobretudo, a importância da participação desta COAUD/TRE-MT no Projeto do TSE “Auditorias Integradas” e Projeto do CNJ para realização de Auditoria Coordenada.

Outras variáveis consideradas foram a execução de ações de auditoria não concluídas em 2020 e o “Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP” Quadriênio 2018-2021¹, o qual foi elaborado nas áreas e objetivos estratégicos da organização, otimizando os recursos humanos e materiais disponíveis.

Atentou-se, ainda, para a adequação das ações à equipe técnica disponível, de maneira a fornecer razoável segurança de que o trabalho venha a ser executado por pessoa com capacitação profissional, independência e treinamentos requeridos nas circunstâncias, ressaltando a limitação pela imaturidade de alguns colaboradores na função de auditoria.

III – DOS RECURSOS HUMANOS

Para a realização das atividades programadas a COAUD conta com 06(seis) servidores na sua estrutura, sendo uma equipe em formação, com auditores internos experientes e outros no início da formação em auditoria, incumbindo a supervisão das atividades ao titular da COAUD:

Cargo	Quantidade	Seção	Função
Analista Judiciário	01	COAUD – Gab.	CJ-2
Analista Judiciário	01	COAUD – Gab.	FC-2
Analista Judiciário	01	SAT	FC-6
Técnico Judiciário	01	SAT	-

¹ SEI n.º 8409.2020-2

Analista Judiciário	01	SAAC	FC-6
Técnico Judiciário	01	SAAC	-

III. 1 Recursos materiais e tecnológicos:

Equipamentos de informática: 07 microcomputadores e uma impressora compartilhada. Acesso à Internet/Intranet, bem como aos sistemas informatizados do TRE/MT, realizando parte de seus trabalhos com base nas informações coletadas do banco de dados desses sistemas.

III. 2 Estimativa de custos da auditoria:

Não há custos extraordinários estimados, em razão da aplicação de recursos materiais e humanos ordinariamente aplicados nas atividades de Auditoria Interna. Custos adicionais serão necessários para a qualificação da equipe técnica.

IV – TIPOS DE AUDITORIA (AVALIAÇÕES) A SEREM DESENVOLVIDAS

Tomando-se como base a classificação do Conselho Nacional de Justiça, poderão ser realizadas os seguintes tipos de auditorias:

Auditoria de Conformidade ou Compliance – com o objetivo de avaliar evidências para verificar se os atos e fatos da gestão obedecem às condições, às regras e aos regulamentos aplicáveis;

Auditoria Operacional ou de Desempenho – com o objetivo de avaliar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas, planos estratégicos e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública, avaliar os resultados organizacionais e certificar o funcionamento dos controles internos, baseando-se em análises de risco;

Auditoria Financeira ou Contábil – com o objetivo de averiguar, de acordo com normas específicas, a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação do patrimônio do ente governamental, com a finalidade de aumentar o grau de confiança das informações por parte dos usuários;

Auditoria de Gestão ou de Contas – com o objetivo de emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, bem como aspectos de governança, riscos e probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do tribunal ou conselho ou a eles confiados; e

Auditoria Especial – com o objetivo de examinar fatos ou situações considerados relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender solicitação expressa de autoridade competente.

Auditoria Contínua (Acompanhamento) - “controle que se realiza de forma periódica e concomitante à execução dos atos de gestão, tendo como principal objetivo prevenir a ocorrência de atos danosos ao interesse público, seja por se mostrarem em desacordo com os normativos vigentes, seja por não alcançarem os objetivos previstos de forma econômica, eficiente, eficaz, efetiva e equitativa”². A Resolução TRE-MT 2052/2017 define auditoria contínua como “a utilização de técnicas e auditoria que testem continuamente as transações e controles por meio de critérios previamente

² Brasil. Tribunal de Contas da União. Manual de acompanhamento. Brasília : TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, (Semec), 2018.

descritos e baseando-se em dados gerados pelos diversos sistemas tecnológicos”.

Consultoria - “atividade de aconselhamento, assessoria, treinamento e serviços relacionados, cuja natureza, prazo e escopo são acordados com o solicitante, devendo abordar assuntos estratégicos da gestão, e se destina a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, sem que o auditor interno pratique nenhuma atividade que se configure como ato de gestão”.³

A classificação das auditorias dependerá do objetivo prevaiente em cada trabalho de auditoria, sempre baseada em Risco de Auditoria.

V – OUTRAS ATIVIDADES

V. 1 Ações de Capacitação

Os trabalhos de auditoria foram planejados de forma a otimizar os recursos humanos tanto quantitativamente (horas/homem), quanto no que se refere à qualificação técnica e capacitação, sendo necessária, no mínimo, uma capacitação para cada ação de auditoria a ser desenvolvida, sendo que a capacitação deverá ocorrer antes do planejamento de cada ação de auditoria.

V. 2 Ações de apoio ao Controle Externo

³ Resolução TCU 309/2020.

Monitoramento e atendimento às diligências do TCU específicas à unidade de auditoria interna, visando apoiar o órgão de controle externo na sua missão institucional.

As informações elaboradas devem cumprir as funções que lhe são atribuídas por meio do art. 74 da Constituição Federal, verbis:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - **avaliar o cumprimento das metas** previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, **bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;**

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

VI – AUDITORIAS TRADICIONAIS

Núm.	AÇÃO	ESCOPO	JUSTIFICATIVA	Início	Fim	Líder
01	Execução de auditoria nas contas de 2020 – Financeira e de Conformidade	Asseguração Razoável da prestação de contas tratadas no título II da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis.	Instrução Normativa n.º 84/TCU	Jan	Mar	Marley
02	Auditoria: Avaliação do processo de planejar eleição.	Avaliar os processos de planejamento e monitoramento de eleições, com enfoque nas respostas aos riscos identificados.	Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, Quadriênio 2018-2021	Abr	Mai	Daniel
03	Auditoria Integrada TSE - Auditoria no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na Gestão de Ativos.	A avaliação focará nas etapas do processo de ciclo de vida dos ativos de infraestrutura de TI, englobando, no mínimo, as etapas de registro e descarte. Serão	Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo (PALP) 2018-2021, aprovado pela Portaria-TSE nº	Abr	Mai	Marley

		objetos de avaliação os contratos de aquisição e manutenção de ativos de TI, vigentes e encerrados, registrados no sistema de registro e acompanhamento de contratos para as seções responsáveis pela gestão de ativos de TI, e o nível de maturidade das etapas do ciclo de vida da gestão de ativos das seções de TI.	1006/2018.			
04	Auditoria Coordenada CNJ - Acessibilidade dos Tribunais e Conselhos.	Mapear o grau de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso à Justiça às pessoas com necessidades especiais.	Auditoria sujeita ao controle administrativo do CNJ, nos termos da Resolução CNJ nº 171/2013.	Jun	Ago	Marley
05	Auditoria Integrada TSE – Auditoria nas contas 2021 – Financeira e de Conformidade	Auditoria Financeira e de Conformidade.	Instrução Normativa n.º 84/TCU	Ago	Dez	Marley
06	Auditorias Especiais	De natureza incomum ou extraordinária	Normas de Auditoria			A ser designado

VII – CONSULTORIAS E AUDITORIAS CONTÍNUAS (Acompanhamentos)

Núm.	AÇÃO	ESCOPO	JUSTIFICATIVA	Início	Fim	Líder
01	Auditoria Contínua em Licitações	Acompanhar a fase inicial, interna, da licitação, principalmente a fase de estudos preliminares, avaliação de riscos da licitação e projeto básico.	A fase inicial da licitação irradia efeitos em toda a licitação, principalmente no pregão, cuja qualidade do objeto depende de uma descrição eficaz do objeto.	Jan	Dez	Benedito
02	Consultoria para estruturação do processo de gestão de riscos	Apoiar as unidades da instituição, notadamente a ASPLAN, na estruturação da gestão de risco no TRE-MT, seja por auxiliar a ASPLAN no amadurecimento e na abordagem da estratégia de gestão de riscos, seja por atuar de forma prática na avaliação de riscos em setores específicos. Outras unidades serão incluídas no contexto, como STI, CRE (cartórios), entre outras.	A gestão de riscos já foi avaliada e a ausência desse componente na governança do TRE-MT já foi apontada em diversas auditorias (inclusive na Auditoria 01/2016). Urge agora que a Auditoria interna atue de modo concomitante e prático no processo de gestão de risco, conforme os referenciais apropriados. (Ex.: Declaração de posicionamento do IIA, O papel da auditoria interna no gerenciamento de riscos corporativos, 2009).	Jan	dez	Benedito

03	Auditoria Contínua na Folha de pagamento (Acompanhamento)	Identificar aspectos relacionados às despesas de folha de pagamento para acompanhar continuamente, a partir de dados gerados pelos sistemas, espelhando-se no trabalho de avaliação realizado periodicamente pelo TCU.	Devido à sua enorme materialidade, o processo de folha precisa ter aspectos peculiares acompanhados quanto à conformidade, em auxílio a outros trabalhos de avaliação elaborados pela Auditoria.	Set	Dez (planejamento)	Benedito
04	Temas contingentes: Metodologias ágeis e tecnologias de suporte. Indicadores. Teletrabalho.	Diversos, principalmente metodologia de trabalho, indicadores e teletrabalho.	A depender do andamento dos trabalhos, da disponibilidade de pessoal e dos recursos disponíveis, planeja-se a inclusão contingencial de outras atividades que agreguem valor setorial e institucionalmente, como a implantação de processo de metodologias ágeis de trabalho, tecnologia de suporte às metodologias ágeis (sistema online). Também pode ser necessária trabalhos de consultoria específicos em indicadores, pela importância e imaturidade institucional sobre o tema. Não se descarta a avaliação de riscos do teletrabalho, pela sua importância e relacionamento com	Jan	Dez	Benedito

			a folha de pagamento.			
--	--	--	-----------------------	--	--	--

VIII – ATIVIDADES DO GABINETE DA COAUD

Núm.	AÇÃO	ESCOPO	JUSTIFICATIVA	Início	Fim
Núm.	AÇÃO	ESCOPO	JUSTIFICATIVA	Início	Fim
01	Elaboração do Relatório de Atividades de 2020.	Relatar as atividades desenvolvidas em 2020.	Resolução n.º 308/CNJ, art.5º	Jan	Fev
02	Certificação das Contas do exercício de 2020.	Contas do Exercício 2020.	Art. 14 da IN TCU 84/2020.	Fev	Mar
03	Atos de admissão e de concessão – E-Pessoal TCU	Emitir parecer quanto à legalidade dos atos de admissão e de concessão cadastrados pela unidade de pessoal, enviando-os ao TCU.	IN TCU 78/2018.	Jan	dez
04	Acompanhar ou monitorar deliberações relevantes da Auditoria Interna, TCU ou CNJ	Subsidiar meios e informações, bem como apoiar o controle externo e o CNJ no exercício de sua missão institucional.	Resolução n.º 308/CNJ, art.11º, VI.	Jan	dez
05	Revisão Trimestral do PAA/2021	Revisar Riscos das ações planejadas	Estatuto de Auditoria Interna do TRE/MT	Mar	Set
06	Elaboração de propostas de ações para o PAAF/2022, PAC/2022 e PALP 2022/2026	Definir as atividades a serem executadas em 2022.	Resolução n.º 309/CNJ, art. 32.	Out	Dez
07	Capacitações na área de Dados, Auditoria baseada em riscos, Indicadores e buscar Certificações em Auditoria Interna.	Realizar ao menos uma capacitação por ação planejada.	Necessidade de segurança ao planejar e executar as ações aqui planejadas.		

IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do exercício poderá haver alterações no cronograma de execução dos trabalhos mediante a revisão periódica do Plano em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, para adequar as ações à realidade fática e à complexidade dos temas.

Cuiabá - MT, 18 de dezembro de 2020.

Daniel Ribeiro Taurines
Coordenador de Auditoria Interna

Benedito Antonio da Costa
Chefe da SAAC

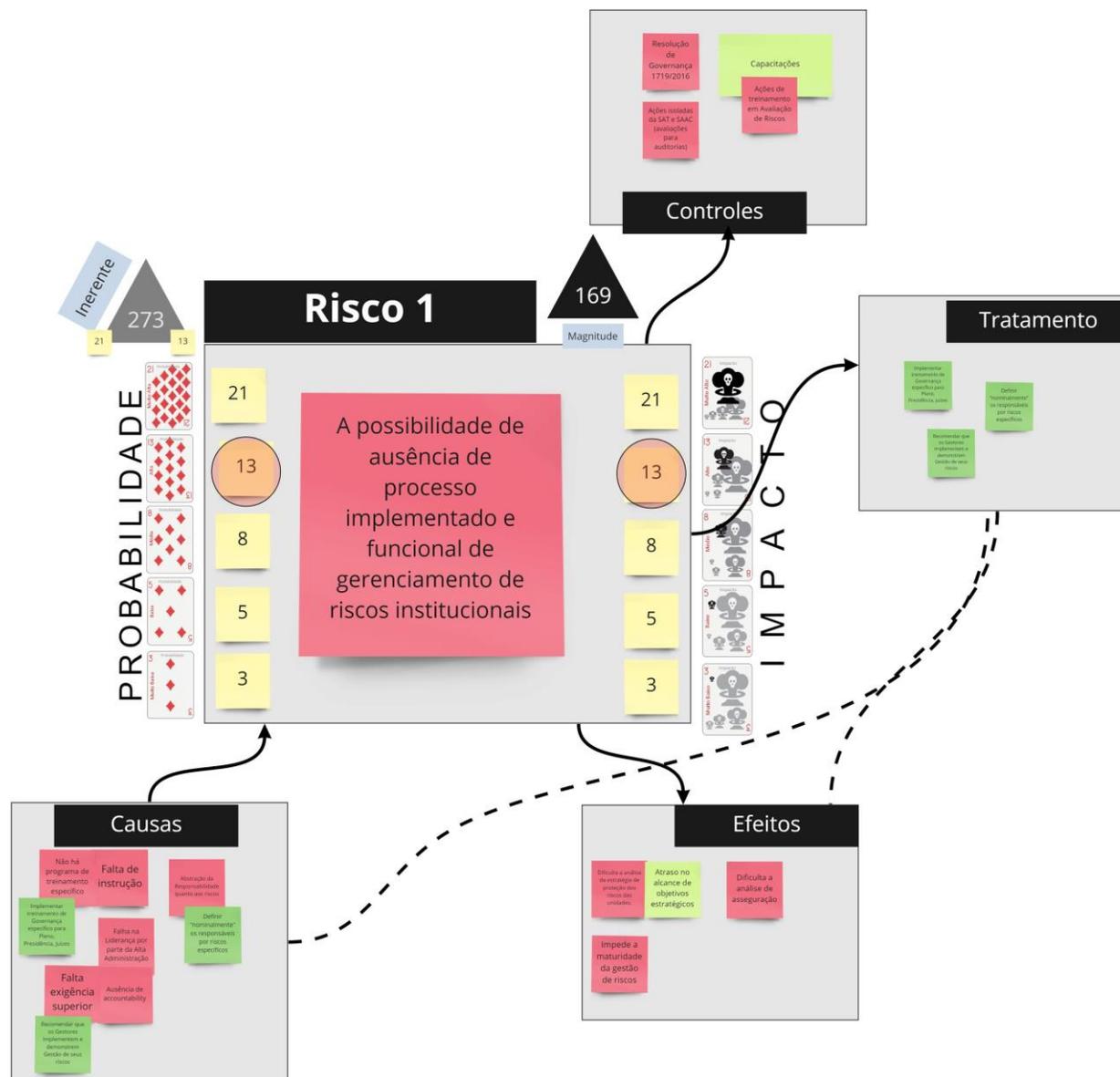
Marley Oliveira Santos
Chefe da SAT

Anexos

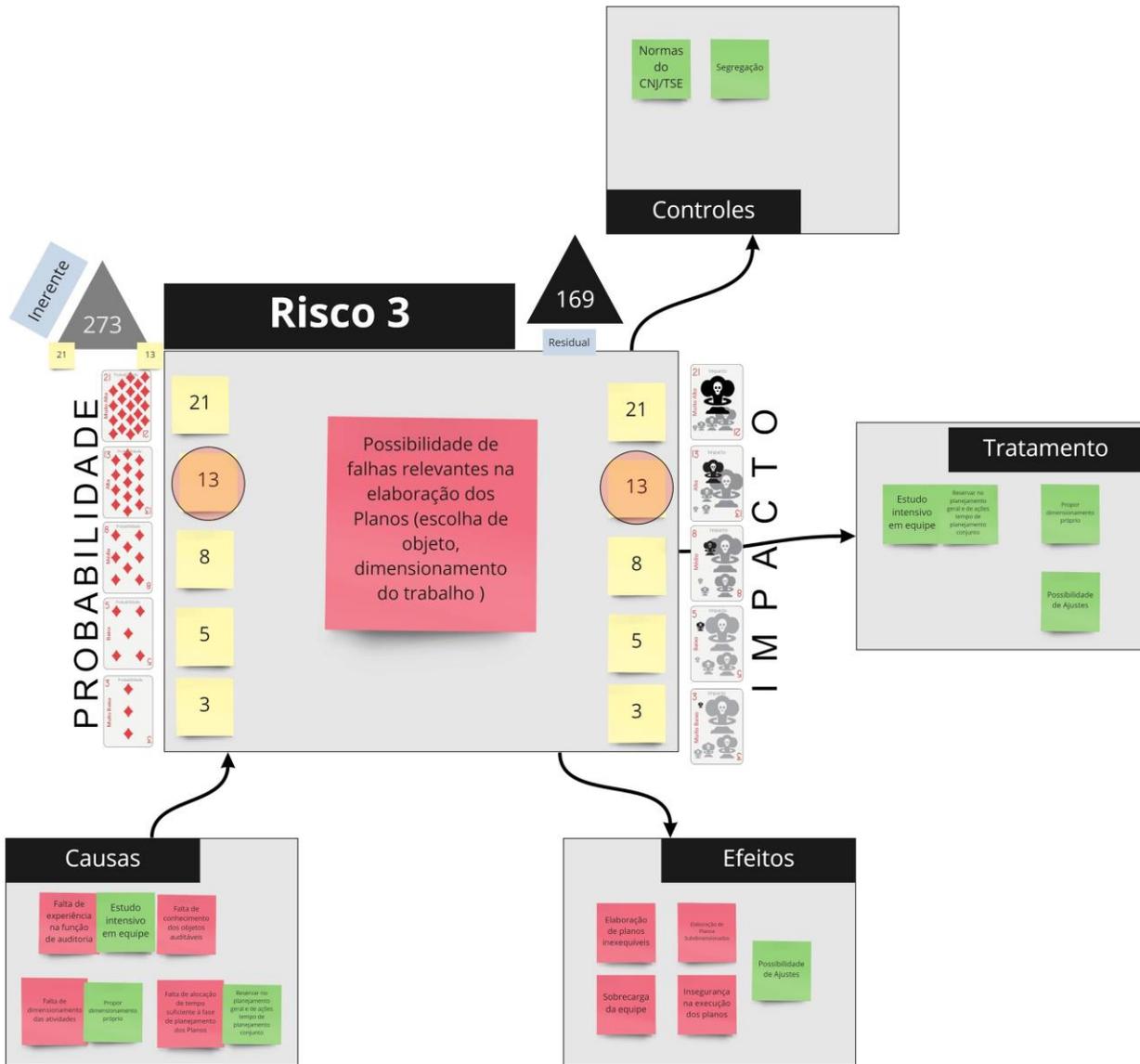
MATRIZ SWOT

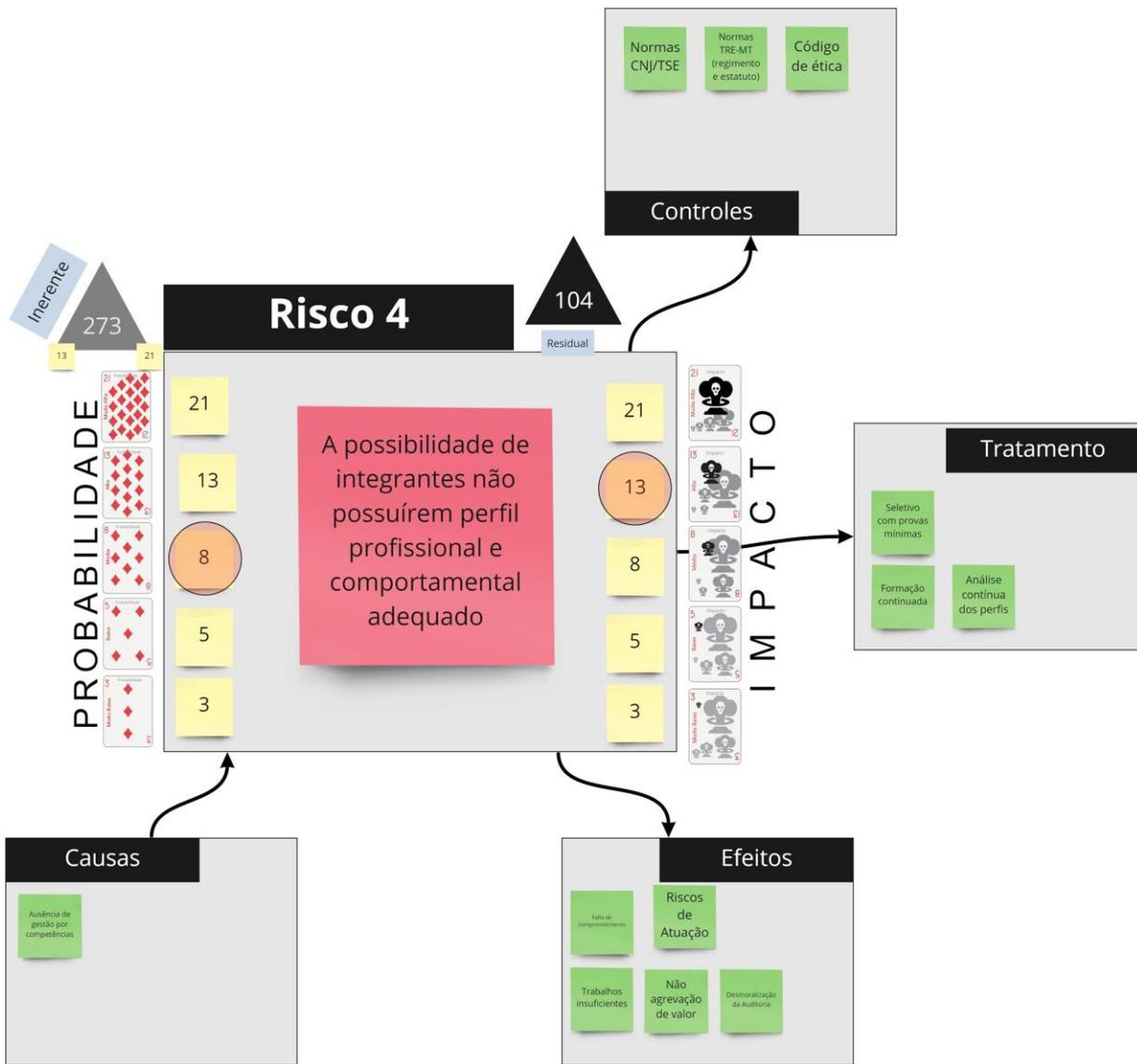
Dia 2 - MATRIZ SWOT

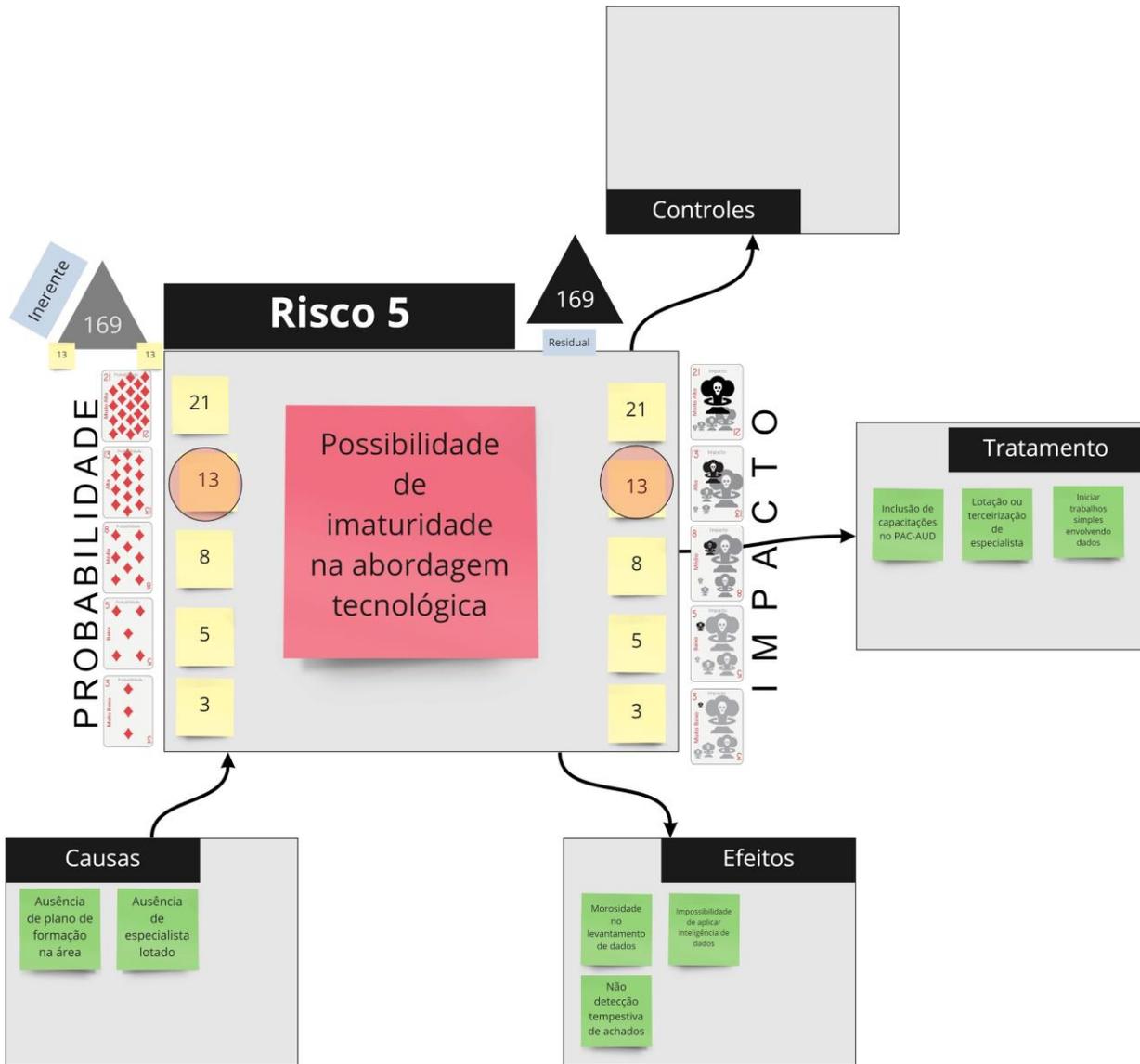


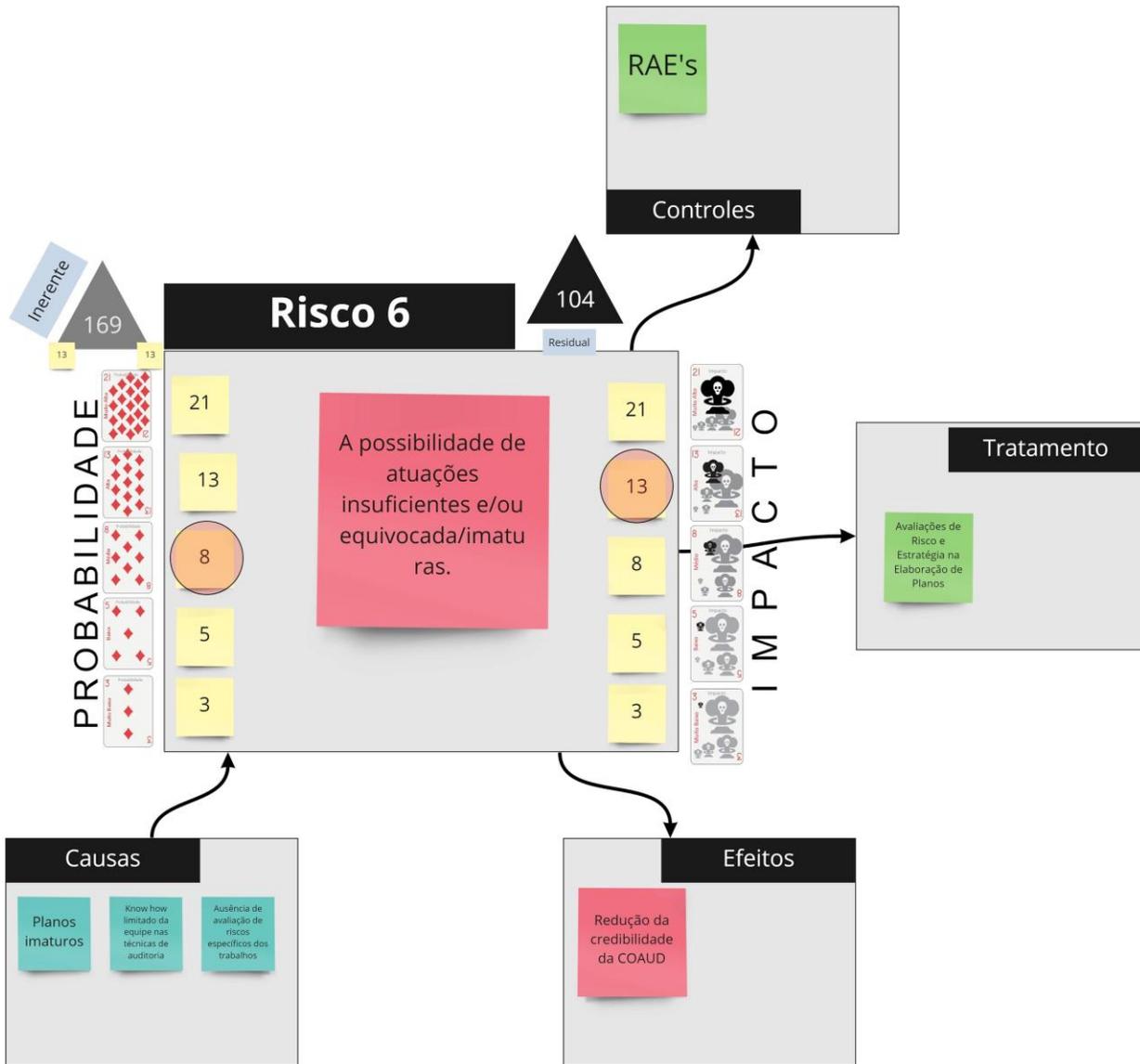


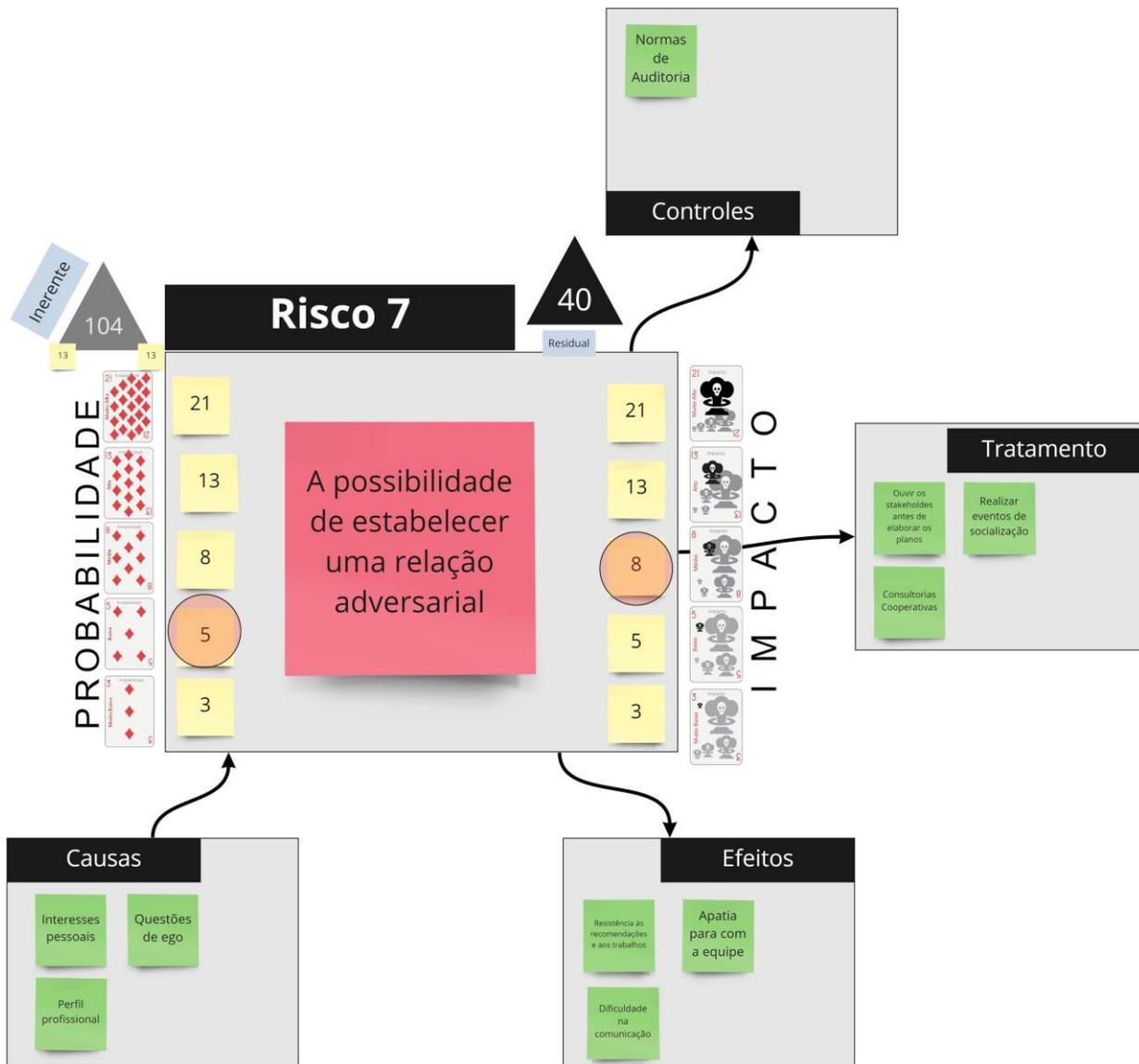
Riscos Específicos

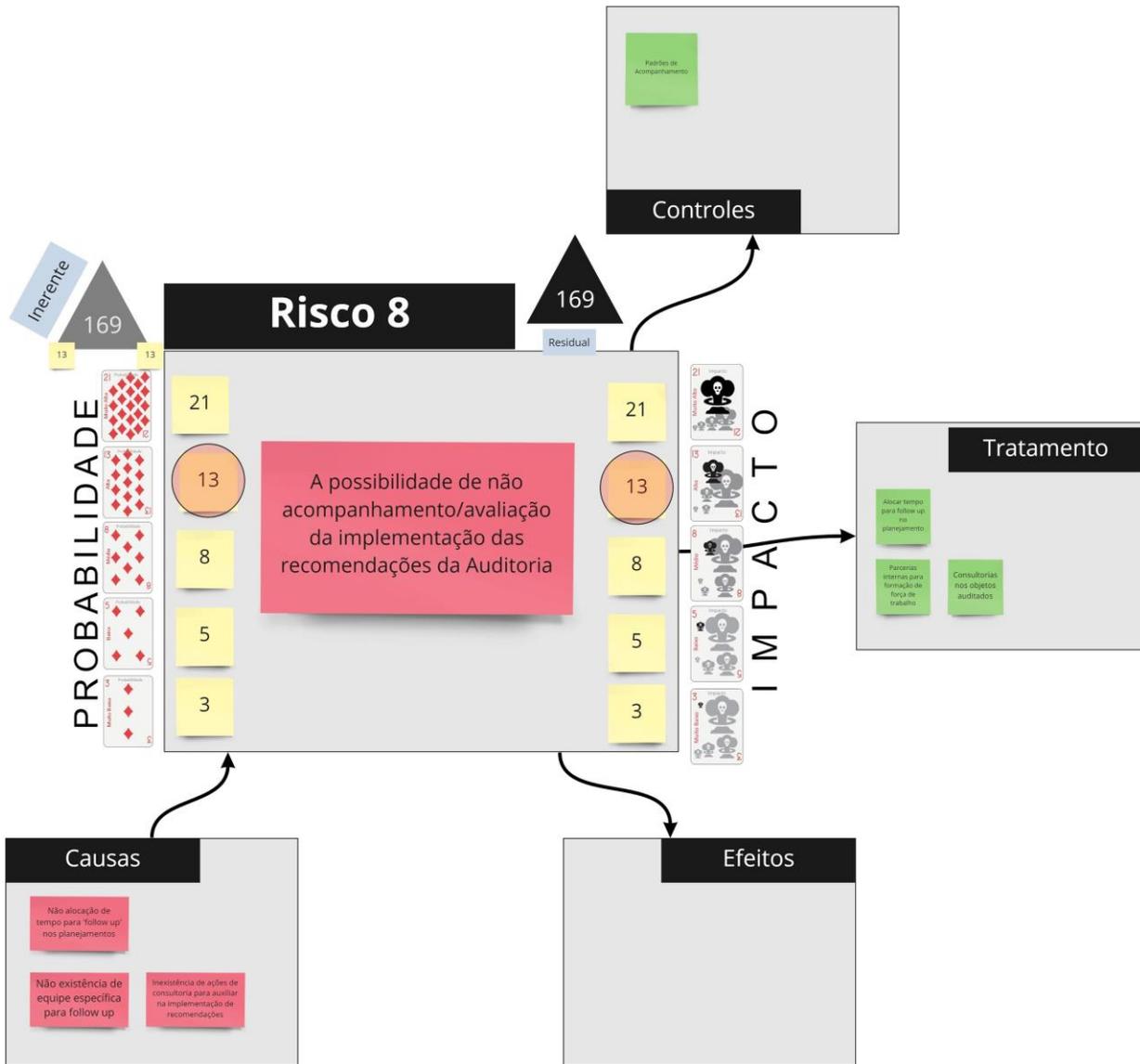




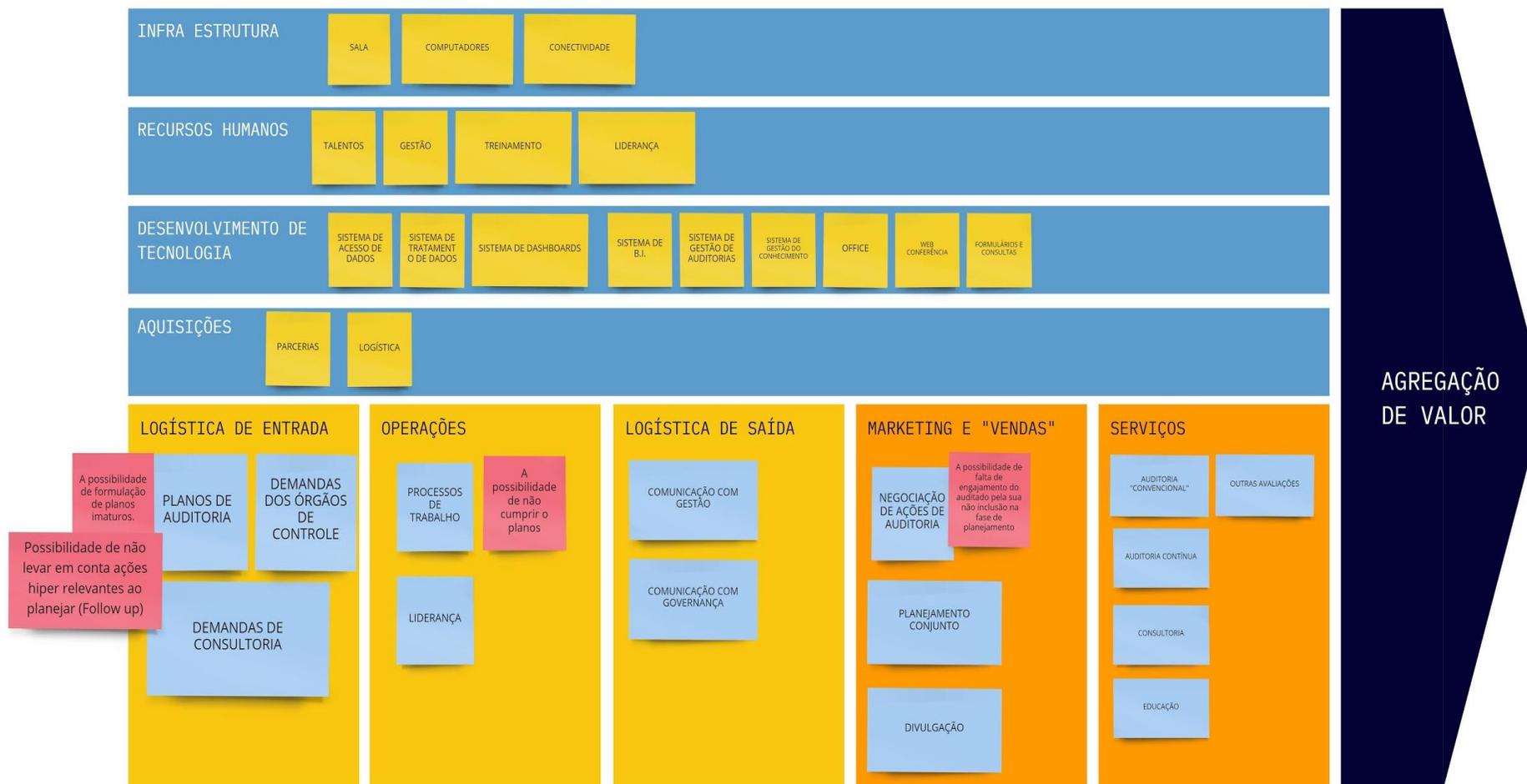




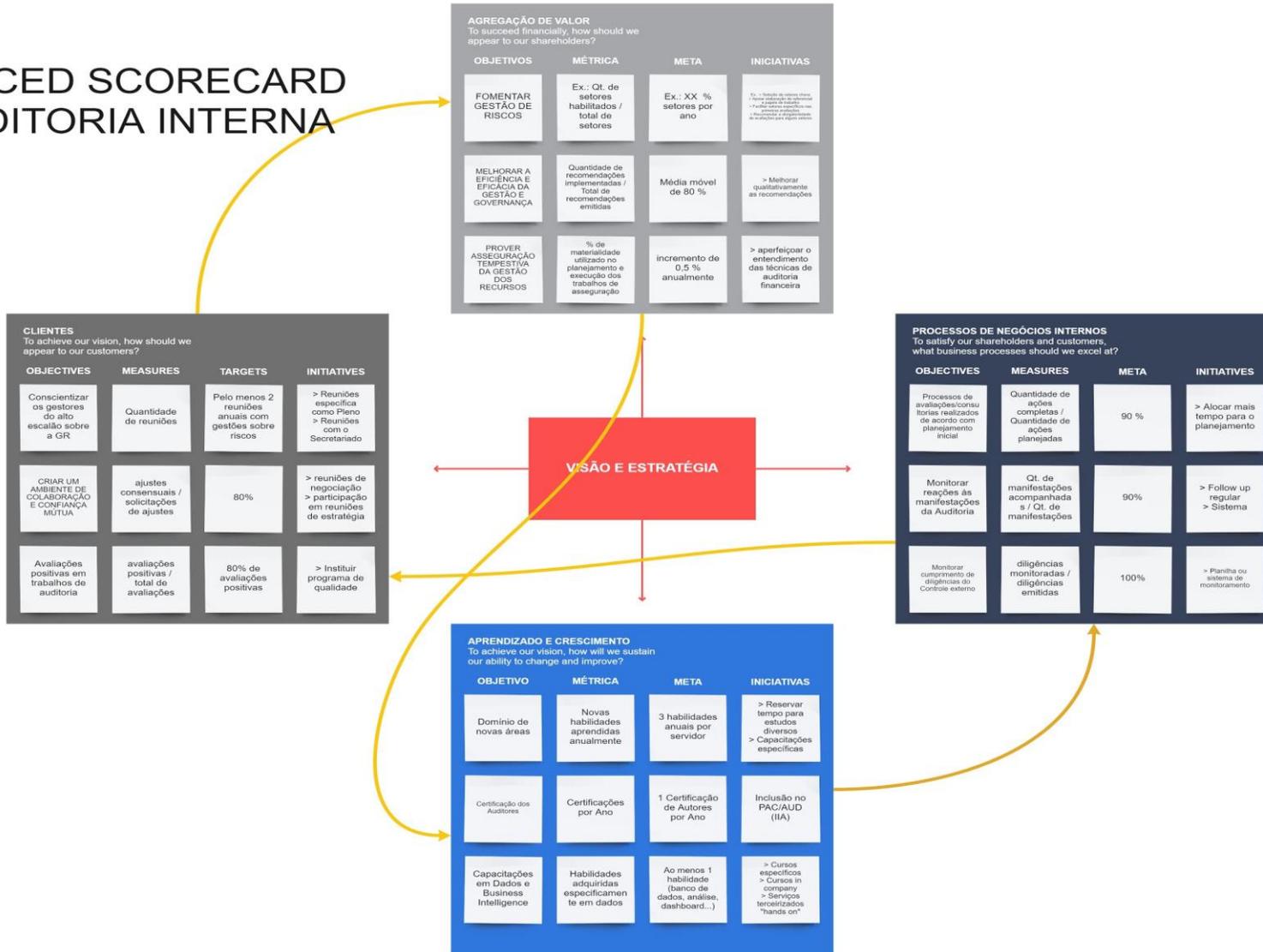




Cadeia de valor da COAUD



BALANCED SCORECARD DA AUDITORIA INTERNA



CICLO DE AGREGAÇÃO DE VALOR

